



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI-SP
À COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO**

Ref.: Contrarrazões em face do recurso interposto pela Beneficência Hospitalar de Cesário Lange contra a decisão da comissão que sagrou a Organização Social Mãos Amigas como vencedora do Chamamento Público nº 001/2023.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE E EDUCAÇÃO – ORGANIZAÇÃO MÃOS AMIGAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 22.741.429/0001-72, com sede à Rua Liberdade, n.º 86, Boqueirão, Santos/SP, CEP 11025-030, vem, tempestivamente, por sua advogada, com poderes para representar, conforme credenciamento nos autos, que esta subscreve, perante V. Exa., apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

com as inclusas razões, com fulcro no artigo 109, inciso I, alínea “a” e demais dispositivos legais pertinentes à matéria, da Lei Federal nº 8.666/93, exercendo seu **DIREITO DE PETIÇÃO**, assegurado no artigo 5º, inciso XXXIV, alínea “a”,



da Constituição Federal, bem como Publicação do Julgamento dos Envelopes nº. 02, expor e requerer o que segue:

1 – PRELIMINARMENTE

A princípio, relevante comentar a respeito do direito de petição estampado no bojo do inciso XXXIV, alínea “a” do artigo 5º da Carta Magna Brasileira, trazendo a baila ensinamento do professor José Afonso da Silva, em sua obra “Direito Constitucional Positivo”, ed. 1.989, página 382:

“É importante frisar que o direito de petição não pode ser destituído de eficácia. Não pode a autoridade a que é dirigido escusar-se de pronunciar sobre a petição, quer para acolhê-la quer para desacolhê-la com a devida motivação”.

Acerca desse importante direito fundamental, que traz segurança jurídica e igualdade a todos, comenta o renomado Mestre Marçal Justen filho, “*in*” Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª ed., pág. 647, assim assevera:

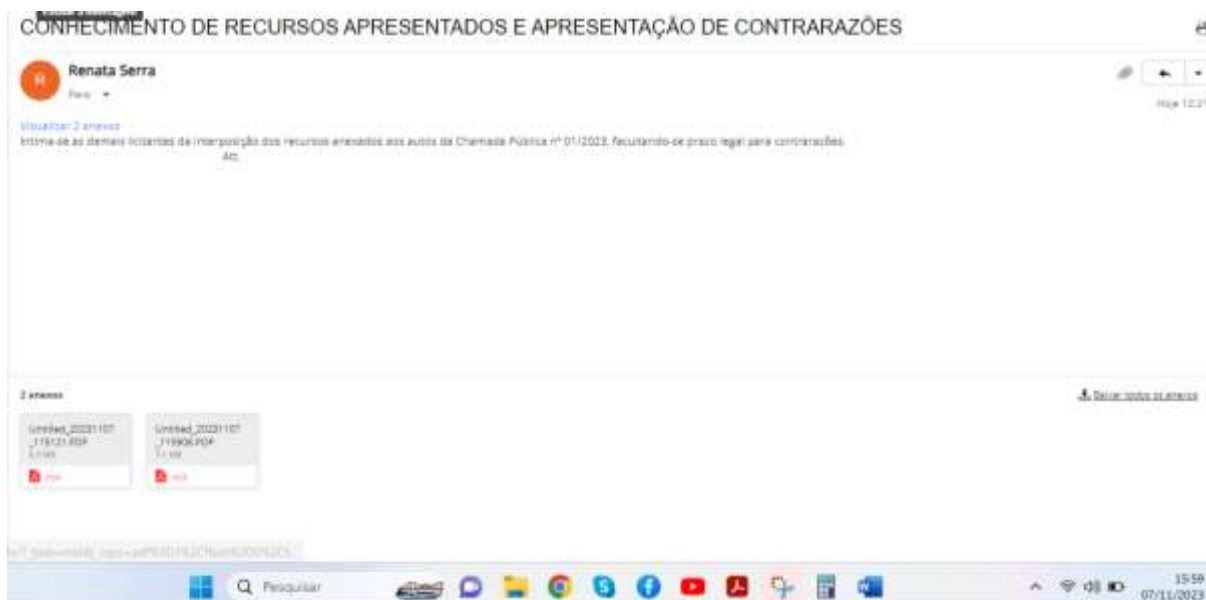
“A Constituição Federal assegura, de modo genérico, o direito de petição (art. 5º, XXXIV, a), como instrumento de defesa dos direitos pessoais, especialmente contra atos administrativos inválidos. Além disso, a Constituição assegura a publicidade dos atos administrativos (art. 37) e o direito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, inc. LV).”

1.1. – DA TEMPESTIVIDADE

Conforme demonstrado através de “*print*” abaixo a **RECORRIDA** recebeu o e-mail com o recurso apresentado pela **BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE** em 07/11/23 (terça-feira) no início do período da tarde tendo seu prazo findo para apresentação das contrarrazões até dia 14/11/23 (terça-feira) também no mesmo horário, sendo, portanto, a presente contrarrazões



tempestiva.



2 - DOS FATOS

Esta recorrente ao ficar ciente da abertura do certame através do aviso de publicação do Chamamento Público nº. 001/2023 no diário oficial da Prefeitura de Birigui/SP, cujo edital encontra-se disponibilizado no site da Prefeitura, se interessou em participar.

Devidamente representada, na data prevista no instrumento convocatório, a **RECORRIDA** entregou dois envelopes: um contendo a documentação de habilitação (ENVELOPE 1) e o outro a proposta técnico-financeira de programa de trabalho (ENVELOPE 2), nos termos do Edital, sendo declarada vencedora pelo Município.

Ocorre que, a **RECORRENTE** insatisfeita com o resultado, bem como sua desclassificação recorreu da decisão proferida pela Comissão Especial de Seleção, entretanto, tal pedido de revisão não merece prosperar pelos fatos narrados abaixo.



A – DA INCORRETA CLASSIFICAÇÃO DA MÃOS AMIGAS

No que tange as alegações descabidas da **RECORRENTE**, ao que nos parece está não soube fazer a leitura do artigo 48º da Lei de licitações, o qual transcrevemos a seguir a fim de trazer a correta interpretação do texto legal, vejamos:

“Art. 48. Serão desclassificadas:

(...)

§3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes prazo de oito dias para a apresentação de **nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo**, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis (grifo nosso)”.

Conforme podemos ver através da leitura do dispositivo legal, há possibilidade de **apresentação de nova documentação ou de outras propostas**, desta forma, considerando a faculdade de escolha, a Organização optou pela entrega de nova documentação somente corrigindo aquilo que foi apontado pela Comissão a fim justamente de evitar que fosse alegado que está só poderia corrigir aquilo que lhe foi apontado.

Além do texto legal, demonstraremos a seguir trecho da ata de julgamento da Comissão que deu causa a margem a interpretação deixando a entender que deveria ser entregue apenas a apresentação dos itens corrigidos, assim como assim o foi na etapa anterior quando todas as interessadas foram inabilitadas, vejamos:

“Fica aberto o prazo de 08 (oito) dias úteis **para a apresentação de novas documentação sanadas as referidas causas**, devendo a entrega ser realizada pelas Organizações Sociais até o dia dezoito de outubro de 2023”



Como demonstraremos a seguir, a comissão de forma clara apontou quais os erros cometidos por cada participante, nesse sentido, já que apontado, fundamentando-se no princípio do julgamento objetivo, bem como a vinculação do instrumento convocatório a Organização apresentou apenas o apontado, como já dito exatamente como agiu na entrega de documentação de habilitação, quando todas as interessadas também foram inabilitadas.

"A ORGANIZAÇÃO SOCIAL BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL A SAÚDE E EDUCAÇÃO – ORGANIZAÇÃO MÃOS AMIGAS está em desacordo com os itens: 8.2.1, letra H – QUADRO 1 e na planilha de composição de custos – RH, parte integrante do anexo V – Planilha de despesas/custeio do Edital"

Ora o texto trazido na Ata julgamento deixou margem à interpretação, pois se realmente devesse ser apresentada nova proposta deveria constar texto claro sem que deixasse a dúvida aos interessados como por exemplo: TODAS AS ORGANIZAÇÕES TIVERAM SUAS PROPOSTAS DESCLASSIFICADAS DEVENDO APRESENTAR NOVA PROPOSTAS, POIS AQUELAS ENTREGUES ESTÃO CONSIDERADAS INVÁLIDAS, PORTANTO, SENDO REALIZADA NOVA ANÁLISE PELA COMISSÃO.

O que não ocorreu, dando margem a interpretação, e não há que se falar que as outras duas participantes entregaram novas propostas, ora, por lógico que sim, pois estas apresentaram suas propostas acima do valor limite aceitável no instrumento convocatório, para estas era vantajoso a apresentação de novas propostas, pois através dessa nova apresentação teriam a oportunidade de refazer todo o seu plano de trabalho, e nem vamos adentrar aqui na "parceria entre as duas interessadas" que estava claro a qualquer um.

Nesse sentido, se formos realizar a análise de forma impessoal como deve agir a Administração, a **RECORRIDA** foi prejudicada pela Comissão de Seleção desde



o primeiro julgamento, haja vista que, igualou erro formal cometido pela **RECORRIDA** de não colocar a palavra horas/semanais com vários erros materiais cometidos pelas outras duas participantes.

Sabe-se que erro formal poderia ter sido esclarecido através de diligência que é plenamente amparada em Lei e também instrumento convocatório, haja vista que desclassificar a **RECORRIDA** por erro insignificante tratou-se rigorismo exacerbado o que é contrario ao entendimento da Colenda Corte de Contas do Estado de São Paulo.

Portanto, tal situação poderia, e deveria, ter sido esclarecida em diligência promovida pela Comissão de Seleção com fundamento no § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº. 8.666/93, com base neste dispositivo legal a Comissão poderia sanar esta falha formal.

Necessário frisar que a doutrina admite ser possível a correção de certas formalidades, *"deve ser amplamente admitido o saneamento em relação a defeitos existentes na documentação de natureza declaratória, que se refira a fatos externos à própria licitação (certidões, atestados, declarações de terceiros, etc), os quais não são alterados pela existência ou não de defeitos na documentação. (...) Como o que interessa é o fato, não o documento, bastará corrigir este para provar adequadamente aquele"*.

Outrossim, é fato que os procedimentos de escolha pela Administração Pública precisam ser tratados com razoabilidade e instrumentalidade, seguindo o rito procedimental elencado na lei 8.666/93, bem como observando os princípios estampados no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, contudo, **a rigidez excessiva e desmedida não pode aprisionar a Administração Pública, fazendo com que pequenas falhas passíveis de ser sanadas, inclusive**



autorizadas pelo próprio dispositivo legal, deixem de ser aplicadas, atuando de forma a excluir licitantes por excesso rigor desnecessário.

Mesmo assim podendo se amparar em Lei, Jurisprudência e no instrumento convocatório a Administração foi na contramão tratando de forma igualitária erros que jamais poderiam ser igualados fazendo por desclassificar a **RECORRIDA** de forma injusta.

O absurdo jurídico não parou por aí, acarretou a quebra dos sigilos das propostas, pois a desvantagem foi tamanha que deu a oportunidade para que as demais diminuíssem seus preços, que por óbvio apresentaram valores menores ao que a **RECORRIDA** apresentou, que até então, tratava-se do menor valor.

Ao que parece tal decisão da Comissão foi apenas para dar oportunidade que uma das demais interessadas se sagrar vencedora ao invés da **RECORRIDA**, decisão totalmente **ILEGAL** e sem fundamentação alguma, haja vista que toda a vasta jurisprudência autorizaria a realização de diligência a proposta da **RECORRIDA** por se tratar de mero erro formal, tornando-a vencedora, pois o era de **FATO** e de **DIREITO**.

Acerca disto, assenta Marçal Justen Filho:

“Os esclarecimentos e as diligências referidos no art. 43, §3º, não são previstos como instrumento de defesa dos interesses dos licitantes. Trata-se de uma atividade desenvolvida no interesse da Entidade que realiza a licitação. A finalidade da diligência é assegurar a eliminação de propostas defeituosas e não satisfatórias e a preservação daquelas que atendem às exigências legais e editalícias. Portanto, a realização de diligência que conduz à admissão da participação de um licitante, superando as dúvidas iniciais sobre o preenchimento dos requisitos exigidos, realiza o interesse de ampliar o número de licitantes. **Não se tratar de beneficiar aquele licitante. O mesmo raciocínio se aplica nos casos em que a diligência conduzir à exclusão do licitante: a**



finalidade da exclusão não é beneficiar os demais licitantes, mas assegurar o interesse de excluir do certame competidores destituídos dos requisitos necessários. (...) A realização da diligência não é uma simples “faculdade” da Administração, a ser exercitada segundo o juízo de conveniência e oportunidade. (...) Se houver dúvida ou controvérsia sobre fatos relevantes para a decisão, reputando-se insuficiente a documentação apresentada, é dever da autoridade julgadora adotar as providências apropriadas para esclarecer os fatos. Se a dúvida for sanável por meio de diligência, será obrigatória a sua realização. Daí seguem duas decorrências inafastáveis”.

No mesmo sentido, já se pronunciou o STJ:

“MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. DENEGAÇÃO. 1. À Administração Pública é lícito proceder a diligências para averiguar se os licitantes estão em situação de regularidade fiscal. 2. **As diligências para esclarecimento no curso de procedimento licitatório visam impor segurança jurídica à decisão a ser proferida, em homenagem aos princípios da legalidade, da igualdade, da verdade material e da guarda aos ditames do edital.** 3. Comprovação da regularidade fiscal que impera. 4. **Ausência de qualquer ilegalidade no procedimento licitatório.** 5. Denegação da segurança. (MS 12.762/DF, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/05/2008, DJe 16/06/2008)”

TC-004277.989.14-1

•Acórdão: 357/2015-Plenário, Data da sessão: 04/03/2015, Relator:

BRUNO DANTAS, Enunciado: **Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.**

“Acórdão: 3615/2013-Plenário, Data da sessão: 10/12/2013, Relator:

VALMIR CAMPELO, Enunciado: **É irregular a desclassificação**



de empresa licitante por omissão de informação de pouca relevância sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993.

Vale registrar que os documentos incluídos eram de relevância secundária, não relativos ao núcleo da licitação. Reafirmo, por derradeiro, que a competitividade restou preservada, tendo sido envidados esforços para atrair o maior número de licitantes, bem como não há apontamentos sobre dolo ou má-fé ou sequer prejuízo ao erário”.

TC-012857.989.19-8

“Acerca do dispositivo legal em comento (art. 43, § 3º), registra Marçal Justen Filho⁸ que, **“se os documentos apresentados pelo particular ou as informações neles contidas envolverem pontos obscuros – apurados de ofício pela Comissão ou por provocação de interessados –, a realização de diligência será obrigatória.** Ou seja, não é possível decidir a questão (seja para desclassificar o licitante, seja para reputar superada a questão) mediante uma escolha de mera vontade.”. **Por fim, impõe-se considerar que a falta de razoabilidade e o rigor exacerbado empregados na decisão de inabilitação da empresa mais bem classificada, além da violação ao princípio da ampla competitividade,** voto pelo não provimento do recurso, mantendo-se, na íntegra, a r. decisão hostilizada”.

“SDG considerou aplicável o disposto nos artigos 3º e 41 da Lei Federal nº 8.666/93, citando Decisões desta E. Corte proferidas nos TCS009701.989.22, 007058/026/10, 008061/026/14, 000426.989.13, 011961.989.17 e 020525.989.20”.

TC-00009701.989.22-0

“Assiste razão a representante, posto que a Fundação CASA **não observou o princípio do formalismo moderado, pelo que deveria ter buscado, por meio da diligência que lhe facultava, completar a informação ausente por evidente equívoco da parte licitante.**

Ademais, quanto ao julgado mencionado do TCU, a Procuradoria não cuidou de examinar a evolução subsequente da matéria. Colho, por exemplo, o acórdão 1211/2021, mais recente que aquele trazido, e, segundo o qual:

"Como visto, a interpretação literal do termo '[documentos] já apresentados' do artigo 26, §9º, do Decreto 10.024/2019 e da vedação à inclusão de documento 'que deveria constar originariamente da proposta', prevista no artigo 43, §3º, da



Lei 8.666/1993 pode levar à prática de atos dissociados do interesse público, em que o procedimento licitatório (meio) prevalece e ganha maior importância que o resultado almejado, qual seja, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração(fim).

Imperioso observar que, visto por este prisma, a interpretação literal desses comandos legais vai contra o entendimento da jurisprudência deste Tribunal, no sentido de que o edital não constitui um fim em si mesmo. Cito caso semelhante à situação ora tratada em que, por meio do Acórdão 1758/2003-TCU-Plenário, de minha relatoria, o TCU considerou regular a inclusão de documentos no processo licitatório, no ato da sessão, conforme autorizado pela pregoeira, no exercício de suas regulares atribuições, tratadas no artigo 11, incisos XIII e XIV, do Decreto 3.555/2000.

O edital de licitação constitui instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, quais sejam, assegurar a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, **nos termos do artigo 3º, caput, da Lei 8.666/93. Dessa maneira, a interpretação e a aplicação das regras estabelecidas devem ter por norte o atingimento dessas finalidades, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuam para esse desiderato.**

Assim, o formalismo não pode se sobrepor às finalidade precípuas do certame de guardar a boa-fé e selecionar a proposta mais vantajosa para a administração.

Peso, entretanto, o fato de ter havido motivação do ato demonstrando o esforço da equipe do pregão em respeitar a Lei. Assim não vislumbro má-fé e sim apego exagerado à forma, pelo que deixo de aplicar penalidades. Deve a origem, entretanto, ter clara a necessidade de resgatar os atos assim passíveis, realizando de ofício, na possibilidade de sanear o defeito, as diligências necessárias para salvaguardar a Supremacia do Interesse Público”.

TC-012752.989.21-0.

“Na contramão do rigorismo exacerbado que em pouco ou nada contribui ao processo seletivo, a realização de diligências, tanto na fase de habilitação de licitantes quanto na de classificação de propostas, é claramente identificada na legislação como prerrogativa facultada



ao pregoeiro, desde que prevista no edital. E no caso dos autos, o instrumento convocatório disciplina por meio dos itens 4.2.2 e 5.8.3.1[2] a atuação do pregoeiro em situações que tais.

Assim reverbera ampla jurisprudência da Casa[3], que assentou como indevida a desclassificação de licitantes em razão da ausência de informações na proposta que possam ser supridas pela diligência prevista no artigo 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/83[4], de aplicação subsidiária em contendas processadas sob a modalidade pregão”.

Baseando-se em parte da vasta jurisprudência acerca do assunto, agiu corretamente a Administração em igualar a **RECORRIDA** por ter cometido mero erro formal de apenas não mencionar as palavras “horas semanais”? COM TODA A CERTEZA NÃO!

Ainda assim, a interessada, apresentou a correção dos erros considerados bizarros, ratificando a proposta para os demais itens o que poderia a ter prejudicado, contudo, as interessadas mesmo em situação de vantagem continuou a cometer os mesmos erros, o que não ocorreu com a **RECORRIDA**, o que não deu margem a Comissão a tomar outra decisão senão a correta desde a primeira análise que seria sagra-la vencedora.

Ao agir dessa forma, ao desclassificar a **RECORRIDA**, o Município infrigirá o princípio de vinculação do instrumento convocatório, que está totalmente ligado ao princípio da legalidade, pois se a decisão da comissão traz obscuridade, gerando dúvidas, para que nenhuma das partes seja prejudicada, quer seja o Município, ou a **RECORRIDA** este deve ser aceito.

Acerca desse importante princípio que na maioria das vezes tem sua interpretação deturpada, comenta o Superior Tribunal de Justiça:

“MS 5418/DF. O ‘edital’ no sistema jurídico-constitucional



vigente, constituindo lei entre as partes, é norma fundamental da concorrência, cujo objetivo é determinar o “objeto da licitação”, discriminar os direitos e obrigações dos intervenientes e o poder público e disciplinar o procedimento adequado ao estudo e julgamento das propostas. Consoante ensinam os juristas, o princípio da vinculação ao edital não é “absoluto”, de tal forma que impeça o Judiciário de interpretar-lhe, buscando-lhe o sentido e a compreensão e escoimando-o de cláusulas desnecessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar, da concorrência, possíveis proponentes, ou que o transmude de um instrumento em defesa do interesse público em conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele, objetiva a administração” (BRASIL,1998, p. 24).

Já no que se refere a alegação acerca da não alteração do dimensionamento de pessoal, interessante o comentário da **RECORRENTE**, quando estava representada na sessão pública e, portanto, tomou ciência de todos os documentos apresentados, rubricando todas a documentação entregue, desta forma, tem plena ciência que **RECORRIDA** apresentou o QUADRO 1, pois apresentou somente a correção da documentação apontada pela Comissão como já dito exatamente como agiu na fase anterior.

Noutro giro, a própria **RECORRENTE** se contradiz quando menciona em sua peça editalícia “Portanto, essa r. Comissão, julgou proposta anteriormente desclassificada, o que não se compraz com o que a própria **Comissão determinou em publicação no dia 03.10.2023, quando apresentação de nova documentação com correção das irregularidades** que desclassificaram as entidades participantes.

Ora, foi exatamente o que a **RECORRIDA** fez, apresentou nova documentação corrigida de acordo com o apontado pela Comissão, mais hilário ainda a alegação de que a **RECORRIDA** não retificou os erros, e que ainda assim teve nota máxima, por óbvio que a Comissão deu a nota máxima, por que a **RECORRIDA**



atendeu tanto a Ata de julgamento das propostas, quanto as exigências editalícias contidas no roteiro para elaboração de proposta técnica-financeira.

De um outro lado, conforme já mencionado, de forma nenhuma alguma foi mencionado pela Comissão que o plano de trabalho foi desclassificado, havendo só retificado pela **RECORRIDA** apenas o QUADRO 1 e planilha de custos de RH, contudo, somente acrescentando as palavras horas/semanais havendo ratificado os demais itens constantes no plano de trabalho, haja vista não haver apontamento para os demais na ata de julgamento das propostas.

Desta forma conforme aqui já defendido não há o que se falar em desclassificação total da proposta, pois como já dito, o texto trazido na ata de julgamento deu margem de diferentes entendimentos, cabe mencionar que em NENHUM MOMENTO a **RECORRIDA** ratificou os itens pelos quais esta foi desclassificada, ratificou sim o demais itens, retificando sim, os itens apontados pela Comissão.

Todavia, inconformada a **RECORRENTE** em sua peça recursal se utiliza de ser a atual detentora do contrato de gestão para “confrontar” a Comissão sob o pretexto que o plano de trabalho apresentado trata-se do mesmo apresentado no chamamento anterior que outrora teve pontuação máxima, ora, então quer dizer que por que “outrora” teve pontuação máxima nenhuma outra nova participante poderá apresentar um plano que atenda aos anseios do Município de forma satisfatória, que o Município deverá ficar adstrito sempre a conceder a pontuação máxima por que outrora foi desta maneira?

Se a Comissão de Seleção agisse de acordo com que a **RECORRENTE** assim o deseja, onde estaria a competitividade, isonomia, se assim o fosse não precisaria de realização de processo de seleção haja vista que pelo plano anterior



entregue já deveria de pronto a **RECORRENTE** receber a pontuação máxima, alegação além de descabida totalmente contrária aos princípios que regem a Administração Pública.

Noutro giro, ao contrário do que insurge a **RECORRENTE** não há que se falar de “dirigismo” a **RECORRIDA**, muito pelo contrário se assim o fosse a Comissão teria a sagrado vencedora desde o primeiro julgamento, pois como já dito ter desclassificado a **RECORRIDA** por mero erro formal vai na contra mão de toda a vasta jurisprudência e doutrina, então, afastada está tal alegação, pois muito pelo contrário a Comissão fez por igualar erro impossível de se comparar somente para dar novamente a oportunidade da **RECORRENTE** apresentar nova proposta e sagrar-se vencedora, contudo, a **RECORRENTE** continuou contendo erros em sua proposta o que impossibilitou o Município de atingir a sua finalidade.

Acerca das demais insinuações, nem iremos adentrar neste aspecto haja vista se tratar de atitude totalmente desesperada da **RECORRENTE** que a todo o momento desde o início do processo de seleção busca motivos para retirar a qualquer custo a **RECORRIDA** utilizando-se de ferramentas totalmente antiéticas, pessoais, que só fazem por tumutuar o procedimento, visando prorrogar seu contrato de gestão até então vigente com o Município, todavia ao contrário do que age a **RECORRENTE** a **RECORRIDA** se utiliza de ferramentas legais tais como esta para rebater as alegações apenas de cunho jurídico e técnico pautando-se em legislação, doutrina e jurisprudência para tanto, pois trata-se da forma correta e legal de ser discutida.

Todavia, quando se trata da **RECORRIDA** que atendeu a todos os itens exigidos no edital necessários ao atingimento da pontuação máxima, esta questiona o decisão da Comissão, fazendo insunuações, como tem agido desde o início com



a **RECORRIDA** só se preocupando em procurar erros para de qualquer forma retirar a **RECORRIDA** da disputa e como não encontra argumentos para tanto, agora se utiliza de seus próprios critérios subjetivos que destoam dos princípios que regem a Administração Pública para se beneficiar, não aceitar ter perdido o processo de seleção.

Ora por óbvio com a tentativa de desclassificar a **RECORRIDA** e assim tentar sagrar-se vencedora.

Todavia incoformada as **RECORRENTES** continuam atacando a **RECORRIDA** utilizando se de golpes baixo, com ameaças de ir até o judiciário, por não aceitar a decisão justa enfim tomada pela Comissão, só fazendo por atrapalhar o andamento do processo de contratação, perturbar o processo de seleção, e por consequência prejudicar os Municípios. A tão sonhada justiça alegada pela **RECORRENTE** que buscará no judiciário apenas trará prejuízos ao Município, pois assim que analisada pelo poder judiciário será negada, pois a decisão está pautada e fundamentada dentro dos ditames e princípios legais.

3 – DO DIREITO

Por conseguinte, caso a Municipalidade decida em acatar o recurso impetrado pela **RECORRENTE**, isto a trará por consequência a inobservância dos princípios fundamentais que regem a licitação pública, elencados no artigo 3º da Lei Federal nº. 8.666/93, em especial (i) seleção da proposta mais vantajosa, (ii) legalidade (iii) vinculação ao instrumento convocatório e (iv) julgamento objetivo.

É certo que a Administração ao reformar a decisão da Comissão Especial de Seleção que classificou a Organização Social, automaticamente estará adstrita a propostas que já confirmada por duas vezes que não atendem aos anseios da



Municipalidade ao invés de contratar aquela que mais se assemelha e atende integralmente as necessidades do Município, desrespeitando ao princípio da proposta mais vantajosa, por mera má interpretação do texto contido na ata de julgamento que gerou margens a inúmeros entendimentos.

Nesse sentido, tem entendimento a Corte de Contas da União:

“Acórdão 1556/2007-Plenário (Sumário) “A restrição à competitividade, causada pela ausência de informações essenciais no instrumento convocatório, é causa que enseja a nulidade da licitação”. (BRASIL, 2010, p. 30)”

4 – DO PEDIDO

Assim, diante de tudo ora exposto, a **RECORRIDA** requer digno-se V. Exa. conhecer da presente **CONTRARRAZÕES EM FACE DO RECURSO ADMINISTRATIVO**, dando-lhe **PROVIMENTO**, culminando assim com o acolhimento, mantendo a decisão de sagrar vencedora a **RECORRIDA**, reconhecendo a correta apresentação dos documentos apresentados pela **ORGANIZAÇÃO SOCIAL MÃOS AMIGAS** que esclareceu e/ou fundamentou suas razões contra os recurso impetrado, como medida da mais transparente Justiça!

Outrossim, não sendo este o entendimento, faça presente subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o parágrafo 4º, do artigo 109, da Lei nº 8.666/1993.

Assim, requer a **RECORRIDA** que as razões aqui formuladas sejam devidamente autuadas e, se não acolhidas, o que se admite apenas e tão somente “*ad argumentandum*”, que haja uma decisão motivada sobre o pedido formulado.



Nesses termos,
Pede deferimento.

Santos, 09 de novembro de 2023.

Rebeca Gomes de Almeida Vilela
OAB/SP 456.198
Organização Social Mãos Amigas